

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE ARARAQUARA****FORO DE ARARAQUARA****1ª VARA CÍVEL****RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1003047-63.2014.8.26.0037**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Defeito, nulidade ou anulação**
 Requerente: **CAROLINE CLOTILDE DA SILVA**
 Requerido: **Iraci Guedes Benedicto e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Glauce Helena Raphael Vicente Rodrigues**

Vistos.

Trata-se de ação declaratória de nulidade de negócio jurídico proposta por **CAROLINE CLOTILDE DA SILVA**, representada por sua curadora **ROSANA CRISTINA ORTIZ** em face de **RENEU BENEDICTO (substituído no curso do processo pelos herdeiros MARCELO BENEDITO E CARLOS ALBERTO BENEDITO)** e **IRACI GUEDES BENEDICTO**, alegando, em resumo, a petição inicial que a autora, em julho de 2010, obrigada por seu genitor, vendeu aos requeridos o imóvel objeto de matrícula nº 5.629 – 1º CRI – Araraquara/SP (fls. 10/13), do qual era proprietária. Todavia, a autora é portadora de doença mental, sendo interdita no ano de 2012. Assim, requer a declaração de nulidade do contrato.

Deferidos os benefícios da Gratuidade de Justiça (fls. 20).

Citados (fls. 65/66), os requeridos apresentaram contestação, argumentando não ter havido nulidade no ato impugnado, razão pela qual pedem a improcedência da ação.

Réplica nas fls. 105/106.

Infrutífera a audiência de conciliação (fls. 116).

Determinada a prova pericial o laudo respectivo foi juntados nas fls. 166/170. Esclarecimento nas fls. 197, seguido de manifestação das partes.

Prolatada a r.Sentença nas fls. 214/216, houve Apelação seguindo-se o v.Acórdão de fls. 277/281 que lhe deu provimento para anular a sentença e determinar o prosseguimento do feito, com regular instrução.

Noticiado o falecimento do requerido **RENEU BENEDICTO** (certidão de óbito nas fls. 340), foram habilitados os seus herdeiros (fls. 339).

Em audiência de instrução, foram ouvidas duas testemunhas arroladas pelos requeridos (fls. 343/348).

Alegações finais nas fls. 353/373e fls. 374/376.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

1ª VARA CÍVEL

RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Parecer do Ministério Público pela improcedência do pedido (fls. 380/388).

É o relatório.

FUNDAMENTO E DECIDO

A ação é improcedente.

Pretende a autora a declaração de nulidade do negócio jurídico de compra e venda do imóvel descrito nos autos, celebrado por escritura pública lavrada em 2 de julho de 2010 (fls. 13), sob o argumento de que a autora, em que pese ter sido interditada por sentença que transitou em julgado em 10 de maio de 2013 (cf. certidão de fls. 19), já era incapaz á época dos fatos, sendo portadora de retardo mental.

Submetida a prova pericial, os laudos de fls. 166/170 e 200/203 atestaram a incapacidade civil da autora (retardo mental moderado e epilepsia), em caráter congênito, desde a época da celebração do negócio de compra e venda.

Apesar disso, como bem anotado pelo v.acórdão de fls. fls. 277/281, a par da incapacidade da autora, outras circunstâncias são relevantes para se determinar a validade ou não do negócio jurídico, como a boa-fé dos contratantes, a eventual nocividade do negócio para a incapaz e se era perceptível o estado de incapacidade da autora.

Nesse passo, salienta-se que não se demonstrou que a realização do negócio tenha prejudicado propriamente a incapaz, sendo certo que eventual vício decorrente de coação praticada pelo genitor da autora, conforme alegada na inicial, não pode ser imputada aos requeridos. Do mesmo modo, verificando-se que os adquirentes efetuaram o pagamento do preço, eventual prejuízo sofrido pela autora também não lhes pode ser atribuído.

Além disso, não restou caracterizada nos autos seja a eventual má-fé dos compradores do imóvel, seja a circunstância de que estes tivessem conhecimento (ou que deveriam ter) do estado mental da autora.

Com efeito, da prova colacionada aos autos, infere-se que a autora, embora alfabetizada precariamente, frequentou a 8ª série do ensino fundamental e trabalhou no Supermercado Jaú Serve como empacotadora por 6 meses com registro em CTPS (fls. 166).

De observar-se, ainda, que, em 8 de dezembro de 2006 (fls. 80), a autora firmou a escritura pública de pacto antenupcial; em 5 de janeiro de 2007, contraiu o matrimônio; em 10 de junho de 2010 (fls. 253/254) figurou como outorgante/outorgada na escritura pública de separação consensual. Todos os atos, à evidência, contaram com o reconhecimento de plena capacidade perante o Tabelionato.

Da mesma forma, em 2 de julho de 2010, na condição de nua-proprietária, a autora



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

recebeu a consolidação da propriedade plena por renúncia do usufruto vitalício de seu genitor Isidoro (escritura pública de fls. 81/82).

Em 28 de março de 2012, por outro instrumento público de compra e venda, a autora figurou como adquirente do imóvel da matrícula nº 72.572 do 1º CRI local (fls. 83).

Nestes atos, anteriores à interdição, a autora teve a capacidade civil confirmada pelas testemunhas Marcelo Daniel Prado de Abreu e Rachel A. Martins Ferreira Borges da Cunha, serventuários dos respectivos tabelionatos (fls. 344 e 347).

Inegável, portanto, que a doença mental que acomete a autora não era, na época da venda do imóvel, notoriamente conhecida ou perceptível, circunstância que afasta qualquer suspeita sobre eventual má-fé dos adquirentes do imóvel, conduzindo à improcedência da ação.

DISPOSITIVO

Ante o exposto, com resolução de mérito fundada no artigo 487, inciso I do CPC, julgo **IMPROCEDENTE** a ação, condenando a autora ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios ora fixados em 20% sobre o valor da causa, observada a gratuidade processual (fls. 20)

Publique-se. Intimem-se.

Araraquara, 20 de setembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**